



Demonstrações de Informações Sociais e Ambientais – Nível de Adesão nas Universidades Federais Brasileiras

Resumo

Diante das atuais e crescentes exigências da sociedade para que as empresas implementem e divulguem práticas sustentáveis, este artigo pretendeu analisar a adesão das Universidades Federais Brasileiras em demonstrar informações sociais e ambientais. Para se atingir o objetivo do estudo, foram utilizados os métodos de pesquisa exploratória, revisão bibliográfica, com uma abordagem qualitativa e indutiva operacionalizada através de estudo de caso, onde foram apresentados os quatro principais modelo de relatórios de informações socioambientais utilizados no Brasil e foram analisados dados coletados das sessenta e nove universidades federais existentes no país. Da análise, foi possível inferir que, 92,75% do universo pesquisado responderam ao pedido de informação; 5,8% não elaboram este tipo de relatório por não haver previsão legal; 14,5% enviaram link do Relatório de Gestão ou link do Plano de Logística Sustentável e; 7,24% elaboram algum modelo de relatório socioambiental. Assim, foi possível concluir que, a elaboração de um relatório de sustentabilidade no âmbito destas instituições ainda é pouco difundido, no entanto, já existem algumas universidades preocupadas em fornecer e aprimorar esta informação.

Palavras-chave: Relatório de Informação Social e Ambiental; Contabilidade; Relatório de Sustentabilidade.

Linha Temática: Outros temas relevantes em contabilidade





1 Introdução

Nos últimos anos a sociedade passou a exigir das entidades, sejam públicas ou privadas, informações além daquelas financeiras. Conforme Pereira, Lucena & Paiva (2018) as pressões de diferentes agentes, são crescentes, para que as entidades implementem atividades de responsabilidade social e por consequência façam divulgação das práticas voltadas para estas atividades. Estas entidades utilizam dos relatórios de sustentabilidade, neste artigo denominados “Demonstrações de Informações Sociais e Ambientais”, para descrever a forma que lidam com os impactos econômicos ambientais e sociais, apresentando aos stakeholders suas práticas sustentáveis (Bellantuono, Pontrandolfo & Scozzi, 2016).

Pereira, Lucena & Paiva (2018) afirmam que a os relatórios de informações sociais e ambientais se diferem das demonstrações contábeis obrigatórias, tendo em vista que aqueles são elaborados voluntariamente. Assim as companhias de diversos setores, mesmo que sofram influências regulatórias, são incentivadas a comunicar práticas socioambientais, sendo decidido pelos gestores por elaborar ou não o relatório de sustentabilidade.

No setor público não é diferente, não há legislação que obrigue a elaboração/divulgação de relatórios de informações sociais e ambientais, porém este setor, conforme Figueira (2013) tem um dever fundamental, tendo em vista que lidera e define as estratégias que determinam o destino dos países, e influencia a sociedade.

Nas universidades, conforme Castro, Zwicker, Kneipp & Löbler (2020) há uma crescente preocupação para que os princípios da sustentabilidade sejam inseridos nas suas diretrizes estratégicas. Uma das maneiras seria a divulgação voluntária de relatórios de informações sociais e ambientais. Assim, o objetivo geral deste artigo é verificar a adesão voluntária das universidades federais para divulgação de relatórios de natureza de informações sociais e ambientais. Dessa maneira, a pergunta a ser respondida é qual o nível de adesão das universidades federais na divulgação de relatórios sociais e ambientais?

Para responder a pergunta e atingir o objetivo geral serão tratados os seguintes objetivos específicos: apresentar os quatro principais modelos de relatórios de informações sociais e ambientais existentes no Brasil, coletar e analisar os dados de sessenta e nove universidades federais existentes no Brasil.

Para dar base na pesquisa e na análise dos dados, o tópico a seguir trata do referencial teórico.

2 Referencial Teórico

Bellantuono, Pontrandolfo & Scozzi (2016) afirmam que um relatório de sustentabilidade é uma peça que contém a descrição da maneira que uma organização se relaciona com seus impactos sociais, ambientais e econômicos. Esta peças, de acordo com Silva, Lima, Souza & Pereira (2012) possuem várias nomenclaturas, por exemplo: Relatório de Sustentabilidade Empresarial, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental, mas independentemente da nomenclatura, o objetivo é auxiliar as entidades, sejam públicas ou privadas, a prestar contas acerca dos projetos, benefícios e ações sociais desenvolvidos pelas organizações.

A importância das demonstrações segundo, Augustinho & Oliveira (2014) se dá porque por meio delas há a comunicação da evidenciação e transparência dos atos e fatos administrativos, estes registrados pela Contabilidade.





No Brasil são adotados diversos modelos de relatório de sustentabilidade, mas este artigo se limita a apresentar os quatros mais difundidos, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Instituto Ethos, o modelo Global Reporting Iniciativa (GRI) e modelo do Conselho Federal de Contabilidade (Moura, 2021).

Nesta linha o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2016) em sua Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, traz a figura dos Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPGs), que conforme o CFC (2016) estes relatórios podem apresentar aos usuários informações financeiras, mas também informações não financeiras com objetivos de aprimorar, complementar e suplementar as demonstrações contábeis, inclusive as informações acerca de assuntos que tratam do governo ou outras entidades do setor público .

Torres & Mansur (2008) asseveram que o IBASE, criou um modelo de demonstração de informações sociais e ambientais denominado Balanço Social, este que segue a elaboração em formato simples e direto, cuja divulgação deve ser ampla. Vaz, Lezana & Maldonado (2017) afirmam que o modelo IBASE é inspirado nos balanços financeiros, desta maneira traz números ligados à responsabilidade social da entidade e compila em uma planilha as informações acerca dos gastos da organização com empregados, controle ambiental e a participação nos lucros da entidade.

O modelo IBASE conta com 7 dimensões apresentadas no quadro 01.

Quadro 01 – Dimensões Balanço Social IBASE

Dimensões Modelo IBASE
<ul style="list-style-type: none"> •Base de Cálculo •Indicadores Sociais Internos •Indicadores Sociais Externos •Indicadores Ambientais •Indicadores do Corpo Funcional •Indicadores relevantes quando à cidadania empresarial •Outras Informações

Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base em Torres e Mansur (2008)

Seguindo pelos modelos, o Instituto Ethos, que é uma Organização não Governamental (ONG) formada por entidades de vários ramos de atuação e portes, que tem como objetivo o processo contínuo de avaliação e evolução das empresas, propõe um modelo que é baseado, segundo Vaz, Lezana & Maldonado (2017) em um relato com detalhe dos princípios e das ações da entidade que reporta, assim estes relatório agrega os quarenta indicadores definidos pelo Instituto Ethos, estes indicadores por sua vez são divididos em sete categorias, conforme exposto no quadro 02.

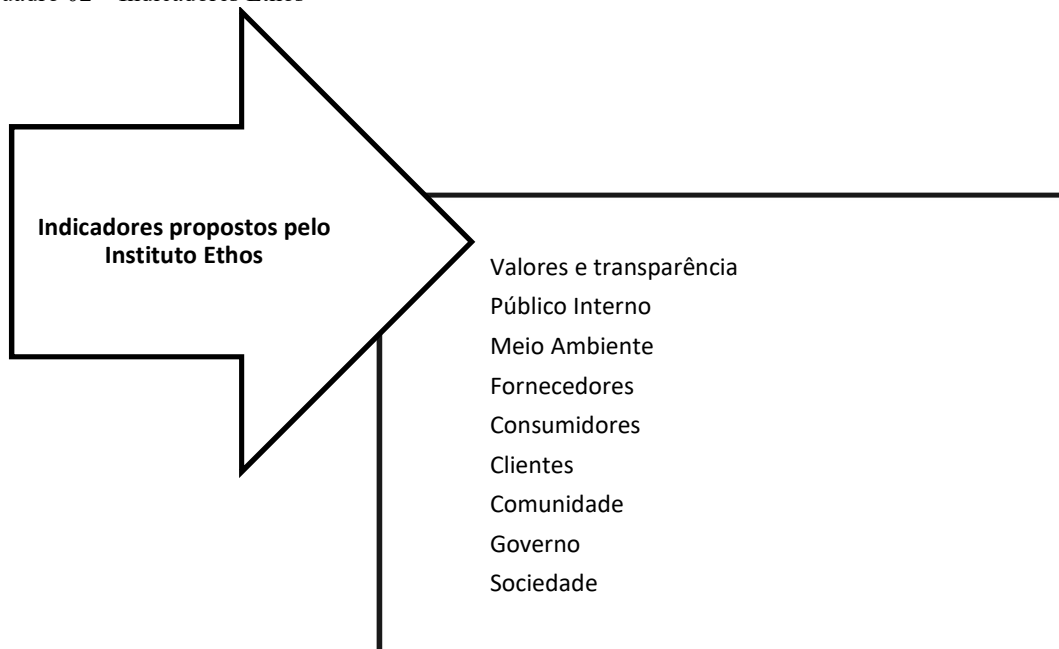
Conforme destacado, o modelo proposto pelo Instituto Ethos traz junto com seu relatório a planilha proposta pelo IBASE (Vaz, Lezana e Maldonado, 2017).

O modelo proposto pela Global Reporting Initiative, conhecida pela sigla GRI, foi criado, conforme Silva, Gonçalves & Moraes (2015) com objetivo de oferecer uma estrutura que seja de confiança na elaboração de relatórios de informações sociais e ambientais em todas as regiões do planeta e por entidades de todos os portes.



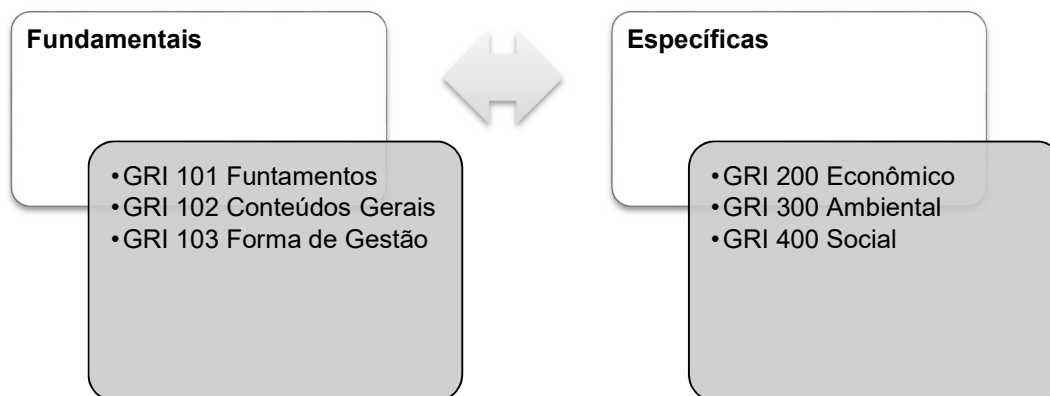
A estrutura do modelo GRI é formada por normas fundamentais e específicas conforme descrito no quadro 03.

Quadro 02 – Indicadores Ethos



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base em Instituto Ethos

Quadro 03 – GRI Standards



Fonte: Elaborado pelos autores com base em GRI (2020)

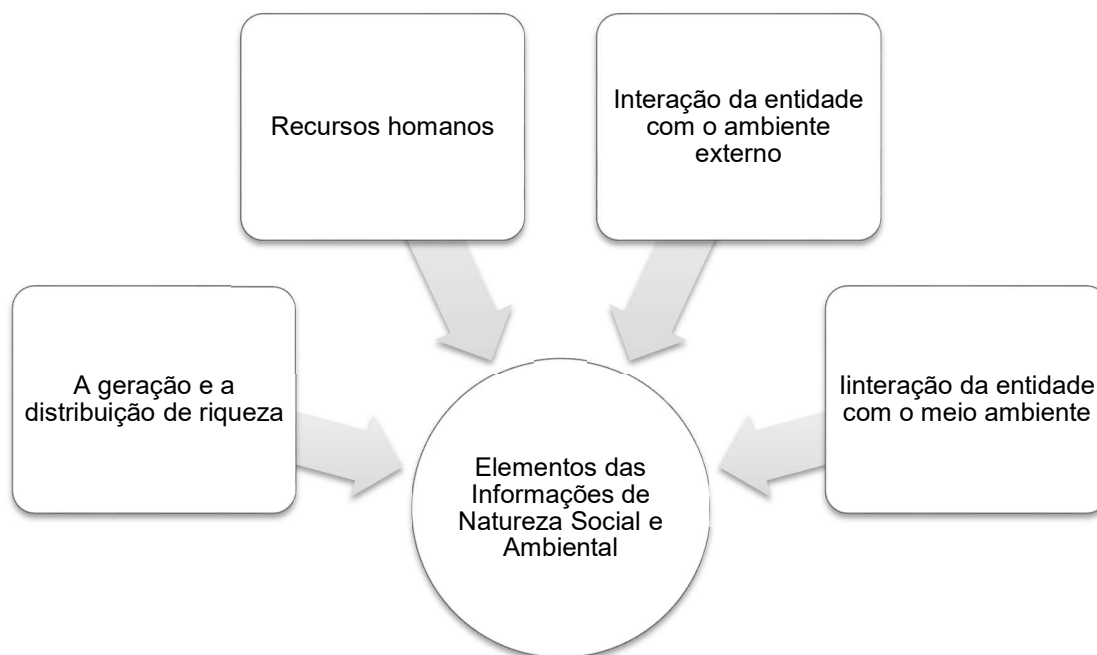
Por sua vez o modelo do Conselho Federal de Contabilidade, proposto na Norma Brasileira de Contabilidade, NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, foi regulamentado por meio da Resolução CFC nº 1.003, de 2004 e tem como objetivo demonstrar à sociedade a atuação e a responsabilidade social da entidade, sendo que esta deve ser um complemento às demonstrações contábeis legalmente exigidas e não deve ser confundida com as notas explicativas. O elemento mais conhecido desta demonstração é a DVA - Demonstração do Valor Adicionado, esta exigida para entidades de capital aberto.

Com as exposições dos modelos mais difundidos no Brasil, serão apresentados no tópico



seguinte os procedimentos metodológicos que juntamente com o referencial teórico apresentado dão base para análise dos dados e as considerações acerca dos achados da pesquisa.

Quadro 04 – Elementos da informação social e ambiental



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base em CFC (2004)

3 Procedimentos Metodológicos

Do ponto de vista de seus objetivos, o presente estudo adotou a pesquisa exploratória, ou seja, aquela que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com o intuito de torná-lo explícito ou de construir hipóteses.” (Gil, 2009, in Pereira-Matias, 2019, p. 90).

Quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica, definida como aquela “feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos.” (Lakatos & Marconi, 2019, p. 33) e o estudo de caso, ou seja, aquele que “envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.” (Gil, 2009, in Pereira-Matias, 2019, p. 89)

Já com relação ao método de pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e indutiva.

De acordo com Pereira-Matias (2019, p. 85) no “método qualitativo a pesquisa é descritiva, ou seja, as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Por sua vez, os dados obtidos são analisados de forma indutiva.”

Lakatos & Marconi (2019, p. 82) nos ensinam que o “objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseiam”.

Apresentada a abordagem metodológica para o desenvolvimento do presente estudo o tópico 4 apresenta a análise dos dados coletados.



4 Coleta e Análise dos Dados

Para coleta dos dados foi enviado pedido de informação para as sessenta e nove universidades federais existentes no Brasil, via portal da Controladoria Geral da União, site “FalaBR”, no dia 23 de março de 2021. Cabe observar que três pedidos de informação foram enviados por e-mail, tendo em vista serem universidades recém criadas e que ainda não estavam, até 23/03/2021, disponíveis no portal da CGU, sendo estas a Universidade Federal de Jataí, a Universidade Federal de Catalão e a Universidade Federal do Agreste Pernambuco.

Os dados foram coletados para constarem em um tópico da dissertação de mestrado denominada “Demonstração de informações sociais e ambientais: uma proposta para aplicação no relatório de gestão da UTFPR”, de Moura (2021). Porém para a dissertação a análise se limitou apenas na quantidade de universidades que elaboram ou não algum tipo de relatório de informações sociais e ambientais.

Para verificar o nível de adesão das universidades federais quanto à publicação de demonstrações de informações de natureza social e ambiental, foram solicitadas informações conforme quadro 05.

Quadro 05 – Informações solicitadas às universidades federais

Informação solicitada	Prezados, tendo em vista o direito à informação conforme a Lei de Acesso à Informação, solicito a seguinte informação: Esta Universidade elabora o Balanço Socioambiental (também denominado por: Demonstração de Informações Sociais e Ambientais, Relatório de Sustentabilidade, Balanço Social Corporativo, Relatório Social e Relatório Social-Ambiental) () SIM ou () NÃO Caso for positivo, enviar o link de acesso. Caso negativo, responder à segunda pergunta: Há intenção de implantar esta demonstração? () SIM () NÃO
Ferramenta de coleta	Site “FalaBR” da Controladoria Geral da União para 66 universidades e e-mail para outras 3 universidades
Tempo que foram solicitadas as informações	Em 23/03/2021

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Das sessenta e nove universidades federais, apenas sessenta e quatro responderam.

Quadro 06 – Percentual de respondentes X não respondentes

População	Responderam	Não responderam
69 universidades federais	64	5
Percentual	92,75%	7,25%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)



As universidades Federal do Piauí, Federal do Delta do Parnaíba, Federal Rural da Amazônia, Federal de Jataí e Federal de Catalão, não responderam aos questionamentos.

Sobre as respostas, quatro universidades responderam que não elaboram por não haver previsão legal, ou seja, não estão no rol de demonstrações contábeis obrigatórias, presentes na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e nem no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP. E todas estas quatro não tem intenção de implantar uma demonstração de informações sociais e ambientais.

Quadro 07 – Não elaboram por não ter previsão legal

Situação	Quantidade
Não elaboraram, nem pretendem elaborar por não haver previsão na legislação	4 universidades (5,8% da população)

Fontes: Dados da pesquisa (2021)

Outro detalhe observado, é que, várias instituições confundem uma demonstração de informações sociais e ambientais com o Relatório de Gestão ou mesmo com o Plano de Logística Sustentável (PLS). De forma que o relatório de gestão deve ser elaborado em forma de Relato Integrado, a Norma Brasileira de Contabilidade – Comunicado Técnico Geral – CTG 09 – que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado, o Relato Integrado é um relato sintético que apresenta acerca da conciso de como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da entidade, na condição de seu ambiente externo, geram valor no curto, médio e longo prazo. (CFC, 2020).

Por sua vez os planos de logística sustentável, são disciplinados pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 que exige planos de gestão acerca de atualização do inventário dos bens e almoxarifado com a identificação daqueles de menor impacto ambiental para serem substituídos, racionalização de materiais e práticas para sustentabilidade, definição de responsabilidades, metodologias para implementação e avaliação do plano e as ações para divulgar, conscientizar e capacitar.

Nas respostas, vinte universidades enviaram o link do Relatório de Gestão ou do Plano de Logística Sustentável. Conforme dispostos em detalhes no quadro 08.

Quadro 08 – Links enviados

Enviaram link do Relatório de Gestão	Enviaram link do PLS
10 universidades	10 universidades
14,50%	14,50%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quatorze das universidades não deram detalhes ou esclarecimentos, apenas responderam que não elaboram, sendo que cinco delas tem a intenção de elaborar e divulgar uma demonstração de informações sociais e ambientais, mas não disseram em qual momento, assim como nove universidades responderam que não há intenção de elaborar ou divulgar, mas também não



esclareceram motivos.

Das sessenta e nove universidades, cinco elaboram, e são descritas no quadro 09.

A única universidade federal que elabora/divulga um dos modelos mais difundidos é a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que apresenta um relatório no formato GRI, este é denominado “Relatório de Sustentabilidade”, e foi implantado em busca da publicização dos impactos da Universidade Federal de Santa Catarina, sejam positivos ou negativos nas esferas econômicas. (UFSC, 2020)

Quadro 09 – Instituições que elaboram e o modelo elaborado

Instituição	Modelo
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	Próprio — denominado “Relatório Social”
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)	Próprio — denominado “Relatório de Ações Ambientais
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Global Reporting Initiative (GRI)
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Próprio — denominado “Relatório de Monitoramento Socioambiental”

Fonte: Moura (2021)

A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA traz um relatório denominado “Relatório Social”, tratando-se de uma espécie de relatório de gestão, porém mais resumido e sem seguir as normas de elaboração de relato integrado. A última edição do relatório encontrada é a de 2019, e é organizada em oito seções e cada uma delas traz “informações que representam os impactos tangíveis e intangíveis da UFCSPA para a sociedade, recuperando seus preceitos institucionais para a boa governança pública e gestão com pessoas” (UFCSPA, 2020).

A Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL publica o relatório de ações, trata-se de um documento com a finalidade de descrever em forma sintética as ações de sustentabilidade realizada por comissões e gerências ligadas ao meio ambiente e sustentabilidade. (UNIFAL, 2020). São apenas cinco páginas com alguns links para outros documentos.

A Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, conforme Leite, Silva, Rossi, Nacari, Souza, Paiva, Partelli, Sarcinelli, Machado, Aroeira & Cardoso (2020), demonstra em seu relatório as ações que foram selecionadas no entorno dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas. Os autores ainda asseveram que o relatório não é exaustivo, mas listam as principais diligências para construir uma sociedade sustentável.

Dentre aquelas universidades que publicam relatório de informações sociais e ambientais, ainda tem a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que apresenta um relatório qualitativo acerca de eficiências energética, consumo de água, descartáveis, gastos com deslocamentos em termos monetários, mas também a estimativa de emissão de gás carbônico, contratações sustentáveis, resíduos produzidos e destinados (FURG, 2020).

Nesta seção foram apresentados e analisados os dados coletados, a base para a análise foi o



referencial teórico que permitiu o leitor a compreender as informações além da metodologia que demonstra o caminho para coleta e análise de tais dados e valida a pesquisa científica.

No capítulo seguinte serão apresentadas as considerações finais acerca deste estudos.

5 Considerações finais

Apesar da importância de um relatório socioambiental, tanto para a organização, quanto para a sociedade como um todo, ao analisar o universo das sessenta e nove universidades existentes no Brasil, percebeu-se que ainda há poucos esforços para a sua implementação.

A falta de interesse na elaboração de um relatório de sustentabilidade para demonstrar os impactos sociais e ambientais destas instituições se dá, primeiramente, pela falta de previsão legal. Na sequência, foi possível inferir também que, algumas instituições não elaboram tal relatório devido à falta de conhecimento sobre o tema, visto que, confundiram o relatório socioambiental com seus relatórios anualmente realizados, estes, que são obrigatórios, tal como Relatório de Gestão ou Plano de Logística Sustentável.

No entanto, também foi possível observar que, ainda que poucas, existem universidades já preocupadas em fornecer e aprimorar este tipo de informação, através de relatórios com finalidades e propostas bem definidas.

Referências

- Augustinho, S. M. & Oliveira, A. G. (2014). A informação contábil pública como instrumento de controle social: a percepção de líderes comunitários da cidade de Curitiba. *Revista de Informação Contábil*, [s. I.], v. 8, n. 2, pp. 49-68. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/13335/16035>
- Bellantuono, N., Pontrandolfo, P. & Scozzi, B. (2016). *Capturing the stakeholders' view in sustainability reporting: a novel approach*. *Sustainability*, 8(4), 379. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/su8040379>
- Castro, A. E., Zwicker, A. A. M., Kneipp, J. M. & Löbler, M.L. (2020). Perspectiva estratégica da sustentabilidade nas universidades federais da região nordeste do Brasil: uma análise por meio do triple bottom line. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, v. 9, n. 2, pp. 228-256, mai/ago. Recuperado de <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/8907/7338>.
- Conselho Federal de Contabilidade. (2004). *Resolução CFC nº 1.003/04, de 19 de agosto de 2004*. Aprova a NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental. Brasília: DF. Recuperado de https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/Res_1003.pdf
- Conselho Federal de Contabilidade. (2016). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutural Conceitual, de 23 de setembro de 2016*. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado de <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>
- Conselho Federal de Contabilidade. (2018). *Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 11, de*



18 de outubro de 2018. Aprova a NBC TSP 11 – Apresentação das demonstrações contábeis. Brasília: DF. Recuperado de <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSP11.pdf>

Conselho Federal de Contabilidade. (2020). *Norma Brasileira de Contabilidade, CTG 09, de 26 de novembro de 2020*. Aprova o CTG 09, que trata da correlação à estrutura conceitual básica do relato integrado. Brasília: DF. Recuperado de <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/CTG09.pdf>

Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. *Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)*. Brasília: DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm

Figueira, I. A. S. (2013). *Perfil de sustentabilidade do setor público: o caso da administração central portuguesa* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Recuperado de https://run.unl.pt/bitstream/10362/11166/3/Figueira_2013.pdf

Instituto Ethos. (2017). *Indicadores Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis: ciclo 2018/2019*. São Paulo: Instituto Ethos. Recuperado de <https://www.ethos.org.br/cedoc/indicadores-ethos-para-negociossustentaveis-e-responsaveis/#.W6K56M5KjIU>

Lei 4.320, de 17 de março de 1964. *Estatui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*. Brasília: DF. Recuperado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm

Leite Y.L.R., Silva E.C.G., Rossi M.S., Nacari D.P.S., Souza R.T., Paiva R.S.S., Partelli F.L., Sarcinelli M.R., Machado F.M.A., Aroeira K.P. & Cardoso P.A. (2020). *Relatório de Sustentabilidade 2019*. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Recuperado de https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11658/1/Relatorio_Sustentabilidade_Ufes_2020_com_ISBN-compactado.pdf

Marconi, M. A. Lakatos & E. M. (2019). *Fundamentos da metodologia científica*. (8a ed.). São Paulo: Atlas.

Matias-Pereira, J. (2019). *Manual de metodologia científica*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Ministério da Economia. Secretaria do Tesouro Nacional. (2019). *Manual De Contabilidade Aplicada Ao Setor Público (MCASP)*. (8a ed.). Recuperado de https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::::9:P9_ID_PUBLICACAO:31484





- Moura, T. (2021). *Demonstração de informações sociais e ambientais: uma proposta para aplicação no relatório de gestão da UTFPR* (Dissertação de mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/26039/1/informacoessociaisambientaisutfpr.pdf>
- Pereira, M. L., Lucena, W. G. L., & Paiva, S. B. (2018). *Determinantes da divulgação voluntária do relatório de sustentabilidade nas empresas de energia elétrica e de telecomunicações listadas na BM&FBovespa*. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, 7(2), 300-321. Recuperado de <https://doi.org/10.5585/geas.v7i2.687>
- Silva, A. P. F., Lima, S. A. J. R., Souza, E. X. & Pereira, J. (2012). Indicadores sociais: um estudo realizado com base nos balanços sociais de empresas que receberam o selo IBASE REUNIR. *Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, [s. l.], v. 2, n. 1, pp. 72-86, jan./abr. Recuperado de <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/44>
- Silva, G. D. Gonçalves, M. Moraes, R. O. (2015). Global Reporting Initiative (GRI): uma análise da adesão às diretrizes pelas empresas listadas no novo mercado sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade. *Sinergia – Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, Rio 106 Grande, v. 19, n. 2, pp. 91-104. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/4919/3490>
- Torres, C. & Mansur, C. (2008). *Balanço social: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro: IBASE. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/102804/BS_completo.pdf?seque%20nc=7&isAllowed=y
- Universidade Federal de Alfenas. (2020). Comissão permanente de meio ambiente e sustentabilidade (CPMAS). *Relatório Anual das Ações de Sustentabilidade CPMAS 2020*. Alfenas. Recuperado de https://www.unifal-mg.edu.br/planejamento/wp-content/uploads/sites/53/2021/03/Relatorio_Anual_das_Acoes_de_Sustentabilidade_CPMAS_2020.pdf
- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. (2020). *Relatório Social UFCSPA 2019*. Porto Alegre. Recuperado de <https://www.ufcspa.edu.br/documentos/balanco-social/relatorio-social-ufcspa-2019.pdf>
- Universidade Federal do Rio Grande. (2020). *Sistema de gestão ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG*. Recuperado de https://sga.furg.br/images/Documentos_para_linkar/Ressoa_2019_2020.pdf
- Universidade Federal de Santa Catarina. (2020). *Relatório de sustentabilidade – GRI Standards*. Florianópolis. Recuperado de https://issuu.com/gestaoambientalufsc/docs/relato_sust_2020_final_-_atualizado_06.09.21.docx

Vaz, C. R., Lezana, A. G. R. & Maldonado, M. U. (2017). Comparação entre os relatórios





GRI, IBASE, e Ethos no quesito meio ambiente. *Anais do V Simpósio de Engenharia de Produção*. Recuperado de <https://www.even3.com.br/anais/5simep/43201-comparacao-entre-os-relatorios-gri-ibase-e-ethos-no-quesito-meio-ambiente/>